

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	33
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	35
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	36
10.5 - Políticas contábeis críticas	38
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	40
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	41
10.8 - Plano de Negócios	42
10.9 - Outros fatores com influência relevante	43

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

#### 5.1 Em relação aos itens indicados no item 4.1 informar:

**a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A FCA utiliza a política de gerenciamento de riscos de sua controladora, sendo esta aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho Administrativo. A presente política estabelece as diretrizes corporativas para orientação da gestão dos riscos que impactam Companhia, suas subsidiárias, controladas e Controladoras ("Empresas VLI"), de forma a possibilitar a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, visando reduzir a probabilidade de ocorrência e seus impactos. A estratégia de gestão de riscos observada avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e aqueles inerentes aos processos operacionais.

**b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

A Política de Riscos estabelece as diretrizes corporativas para orientação da gestão dos riscos que impactam a Companhia, suas subsidiárias e controladas (FCA), de forma a possibilitar a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, visando reduzir a probabilidade de ocorrência e seus impactos.

A estratégia de gestão de riscos observada pela Companhia tem como objetivo prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e além da categoria financeira aqueles das categorias operacional, *compliance* e estratégico.

**i. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

**i. Os riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma relevante os objetivos traçados pela alta administração, sua reputação, bem como os seus resultados financeiros e operacionais, dentre os quais podemos citar:

(i) **Riscos Operacionais:** são riscos decorrentes de falhas de processos e controles, em especial relativos a eventos, sejam de força maior ou decorrentes dos processos operacionais da Companhia que possam impactar as operações e utilização da capacidade instalada. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da Companhia, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

(ii) **Riscos Estratégicos:** são riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir seus objetivos e são decorrentes da habilidade da Companhia de se proteger ou se adaptar a mudanças regulatórias ou no setor logístico, em especial relativos à demanda dos clientes, estrutura de capital da Companhia e atuação em diferentes segmentos.

(iii) **Riscos Regulamentares:** são riscos de sanções legais ou regulatórias, instauração de processos legais contra a Companhia, cuja perda ou aplicação de penalidades, possa impactar a Companhia de forma relevante, do ponto de vista financeiro, operacional ou reputacional.

(iv) **Riscos de Continuidade do Negócio:** são riscos de paralisação das atividades da Companhia em virtude da não obtenção ou não renovação de concessões, incluindo, mas não se limitando a licenças ambientais.

(v) **Riscos de Custos:** são riscos de aumento dos custos das operações da Companhia, em virtude não só de condições de mercado como também decorrente de alterações legais e regulatórias.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(vi) **Riscos de Controle:** são riscos associados à falta de consistência e adequação dos sistemas e controle de operações da Companhia, incluindo, mas não se limitando a sistemas de informações, bem como a falhas no gerenciamento dos controles internos da Companhia.

(vii) **Riscos de Saúde e Segurança:** são riscos associados à segurança dos empregados devido a execução de atividades e tarefas classificadas como críticas e que se não devidamente controladas podem conduzir a fatalidades.

(viii) **Riscos de Instalação:** são riscos associados a eventos de processo e que implicam, se materializados, em severidade catastrófica a pessoas, meio ambiente e instalações, como, por exemplo, riscos geotécnicos.

(ix) **Riscos de Crédito:** são riscos associados a eventos que impliquem em dificuldades para obtenção de crédito.

(x) **Riscos de Demanda:** são riscos associados às oscilações de demanda pelos produtos transportados.

(xi) **Riscos Socioambientais:** são riscos de perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

### ii. Instrumentos utilizados para proteção do risco

Os principais riscos aos quais os negócios e operações da Companhia estão sujeitos são monitorados periodicamente, buscando-se a efetividade dos controles-chave de prevenção/mitigação desses riscos e a execução da consequente estratégia de tratamento. Destacam-se abaixo as principais práticas adotadas pela Companhia para fins de proteção aos riscos expostos:

(i) no que tange à segurança do transporte e dos produtos transportados, a Companhia se protege com investimentos de remodelação da via, equipamentos de detecção de falhas, bem como um Centro de Controle Operacional com tecnologia avançada com vistas ao gerenciamento do transporte;

(ii) a fim de mitigar o risco de aumento de preço de produtos, como de combustível, a Companhia utiliza instrumentos contratuais que permitem o repasse do aumento do combustível para seus clientes. Ainda assim, estão disponíveis no mercado instrumentos que também permitem a mitigação deste risco e a Companhia estuda a utilização deles;

(iii) a Companhia define controles capazes de prevenir a ocorrência ou mitigar as consequências relacionados a riscos relacionados à segurança do trabalho;

(iv) a Companhia identifica e implanta controles capazes de modificar a probabilidade de ocorrência de eventos de severidade catastrófica a pessoas, meio ambiente e instalações, como, por exemplo, riscos geotécnicos, os quais são periodicamente inspecionados através de protocolos específicos;

(v) de modo a minimizar as possíveis perdas com inadimplência de clientes, a Companhia adota uma gestão conservadora na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas dos indicadores financeiros extraídos das demonstrações financeiras dos clientes como também da consulta de agências de proteção de crédito e risco. A Companhia efetua a gestão do limite de crédito consumido para cada cliente como também adota uma política de cobrança agressiva com ações imediatas para cada nível de atraso de pagamento; e

(vi) de modo a minimizar os riscos de demanda pelos produtos transportados, a Companhia tem investido na melhoria da qualidade e do aumento do parque de equipamentos (locomotivas e vagões) existente na Companhia, bem como pelo aprimoramento dos sistemas que apoiam a sua gestão. Além disso, a Companhia utiliza instrumentos contratuais que garantam sua demanda ou receita relativa à demanda dos produtos a serem transportados. Cabe ressaltar que, como concessionária pública, a Companhia é obrigada a transportar o volume informado por seus usuários que se autodeclararam como "usuários dependentes". Para se autodeclarar usuário dependente os clientes assinam contrato, de longo prazo, que garante o volume ou a receita.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### iii. Estrutura organizacional de gestão de riscos corporativos

A Companhia adota em sua Política de Riscos o conceito das 3 (três) Linhas de Defesa para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos buscando assegurar o cumprimento das diretrizes definidas:

**1ª Linha de Defesa:** A primeira linha é representada por todos os administradores, gestores e empregados da Companhia e de suas empresas controladas, os quais devem assegurar a efetiva gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas.

**2ª Linha de Defesa:** A segunda linha é composta por áreas técnicas de riscos e integridade, coordenada pela Área de Controles Internos, pela Área de Riscos e pela Área de Ética e Conformidade, que fornecem a metodologia, sensibilizam e supervisionam a primeira linha. A integração e interação entre as duas linhas conta com apoio e suporte da Diretoria Executiva para que o processo seja operacionalizado e internalizado em todos os níveis da organização. Também atuam na segunda linha outras áreas, tais como Controladoria, Segurança Empresarial, Saúde e Segurança, Meio Ambiente, Segurança da Informação, Gestão de Crise e Continuidade de Negócios, Regulatório, as quais adotam as especificações técnicas necessárias, para mensurar a probabilidade e o impacto dos riscos, de acordo com cada disciplina de risco.

**3ª Linha de Defesa:** É representada pela Auditoria Interna, e tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Não Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos. A Auditoria Interna possui total independência em inspecionar e auditar a segunda e primeira linha. Na segunda linha a Auditoria Interna verifica a estrutura e o desempenho das áreas de riscos, controles internos e conformidade, em relação aos resultados reais *versus* propostos. Na primeira linha confronta a informação obtida da segunda linha, realizando testes de controle, análise e avaliação de riscos junto aos gestores da primeira linha. Dessa forma a organização possui cobertura total das três linhas. O canal de comunicação da terceira linha é direto com o Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Não Estatutário.



Os órgãos e áreas que atuam na estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia são os descritos abaixo:

(I) Conselho de Administração

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Cabe ao Conselho de Administração (i) aprovar as diretrizes da gestão de riscos previstas na Política, bem como suas revisões futuras; (ii) auxiliar a Diretoria na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta; (iii) estabelecer nível de exposição aceitável dos riscos (tolerância ao risco); (iv) acompanhar o perfil de riscos da organização e os planos de ação definidos em resposta aos riscos prioritários que estiverem fora das margens de tolerância; (v) zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo programa de integridade/conformidade (*compliance*) visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas.

### (II) Diretoria Executiva

Cabe à Diretoria Executiva: (i) garantir que as áreas de 1ª linha e de 2ª linha de defesa disponham de recursos adequados, independência técnica necessária e orientação metodológica correta definição da matriz de risco; (ii) adotar mecanismos para gerenciamento de riscos, seguindo as decisões tomadas nas reuniões deste órgão, utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos; (iii) avaliar o desempenho dos indicadores de riscos considerados prioritários; (iv) garantir que a Área de Riscos revise, no mínimo bianualmente, a Política; (v) determinar que o Diretor diretamente responsável pelo risco prioritário providencie a instauração de procedimento para a apuração de motivos no caso de não cumprimento das medidas de resposta ao risco; (vi) avaliar, no mínimo anualmente, a eficácia da Política e dos sistemas de gerenciamento de Riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação.

### (III) Comitê de Auditoria Não Estatutário ("Comitê de Auditoria")

Cabe ao Comitê de Auditoria : (i) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e (ii) auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento de controles internos, no gerenciamento de riscos e *compliance*; [(iii) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (iv) supervisionar as atividades dos auditores independentes; (v) supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las; (vi) supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas; (vii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia].

### (IV) Área de Riscos

Cabe à Área de Riscos: (i) analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa; (ii) prestar contas aos membros da Diretoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida; (iii) monitorar planos de ação associados aos riscos não tolerados das atividades da Companhia, bem como a disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos entre os colaboradores da Companhia; e (iv) realizar análise crítica das informações dos riscos considerando apetite de riscos aprovado da Companhia.

### (V) Auditoria Interna

Cabe à área de Auditoria Interna atuar de forma independente e objetiva e reporta-se ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria. A Auditoria Interna tem como responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, avaliar a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, bem como aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

### (VI) Área de Controles Internos

Cabe à área de Controles Internos: (i) apoiar as áreas na criação de controles para mitigação de riscos e testar para entender se os controles são adequados; (ii) avaliar o desenho dos controles; e (iii) disseminar, treinar e recomendar a cultura de controles internos entre os colaboradores da Companhia.

### (VII) Comitê Operacional

Cabe ao Comitê Operacional: (i) acompanhar indicadores e iniciativas de Saúde e Segurança e e investigação de acidentes graves; (ii) acompanhar as ações dos riscos prioritários operacionais; (iii) recomendar sobre a adequação e a alocação de recursos, inclusive de

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

emergência, para implementação das ações mitigatórias dos Riscos operacionais, de Saúde e Segurança ou Segurança Operacional; (iv) acompanhar os pontos e ou ações referentes a vulnerabilidades operacionais, de Saúde e Segurança ou Segurança Operacional identificadas nos diagnósticos de Gestão de Riscos e Controles Internos; e (v) acompanhar e recomendar os investimentos de capital de responsabilidade do Conselho de Administração.

### **c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos apresenta elevado grau de confiança e se encontra preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. Os controles internos, apreciados e aprovados, no mínimo, semestralmente, consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da Companhia nas seguintes dimensões:

- (i) eficiência e efetividade operacional;
- (ii) confiança nos registros de dados e informações;
- (iii) conformidade; e
- (iv) abordagem baseada em risco.

A Companhia envida esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos são ajustados e adaptados à medida que se julgue necessário.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

### 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

**a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos em linha com as normas e políticas adotadas na empresa. A estratégia de gestão de riscos observada pela controladora indireta e pela Companhia tem como objetivo prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e aqueles inerentes aos processos operacionais.

**b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

#### **i. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

##### **Risco de aumento do custo de combustível**

A fim de mitigar o risco de aumento de preço de combustível a Companhia utiliza instrumentos contratuais que permitem o repasse do aumento do combustível para seus clientes. Ainda assim, estão disponíveis no mercado instrumentos que também permitem a mitigação deste risco e a Companhia estuda a utilização dos mesmos.

##### **Risco de crédito**

Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de clientes, a empresa e suas controladas adotam uma gestão conservadora na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosa dos indicadores financeiros extraídos das demonstrações financeiras dos clientes como também da consulta de agências de proteção de crédito e risco. A empresa efetua a gestão do limite de crédito consumido para cada cliente como também adota uma política de cobrança agressiva com ações imediatas para cada nível de atraso de pagamento.

##### **Risco de demanda pelos produtos transportados**

O risco de demanda pelos produtos transportados está sendo mitigado por meio da melhoria na qualidade e do aumento do parque de equipamentos (locomotivas e vagões) existente na Companhia, bem como pelo aprimoramento dos sistemas que apoiam a sua gestão. Além disso, a companhia utiliza instrumentos contratuais que garantam sua demanda ou receita relativa à demanda dos produtos a serem transportados. Cabe ressaltar, que como concessionária pública a companhia é obrigada a transportar o volume informado por seus usuários que se autodeclaram como usuários dependentes e para se autodeclarar usuário dependente os clientes assinam contrato de longo prazo que garanta o volume ou a receita.

#### **ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

A gestão integrada de riscos da empresa e de suas controladas busca avaliar os diversos fatores de risco de mercado e o impacto que tais eventos trariam para o fluxo de caixa da Companhia. Qualquer estratégia de mitigação de risco, quando necessária, deverá ser aprovada conforme Governança interna, com o objetivo de contribuir de forma significativa para a redução da volatilidade do fluxo de caixa para os níveis desejados.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

**5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

**a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Administração do Emissor realiza avaliação, testes e monitoramento dos controles internos apresentados nos processos operacionais, estratégicos e de impacto nas demonstrações financeiras. A partir do Mapeamento dos Processos da Companhia, são verificados os eventos de riscos associados para identificar possíveis interferências no alcance dos objetivos dos processos. Após tal identificação, verifica-se os controles praticados para mitigação dos riscos. Quando não identificado o controle, as recomendações fortalecem a necessidade de sua criação com recomendações e acompanhamentos por Plano de Ação. Na existência de controles, estes são testados e monitorados e, havendo possibilidade de melhoria, são recomendadas ações a serem praticadas pelas áreas e acompanhadas pela equipe de Riscos e Controles Internos e, também, pela Diretoria a partir do acompanhamento da performance. Os Controles Internos praticados são: controles operacionais e sistêmicos, para acompanhamento da produção e da qualidade da produção; controles financeiros para garantir o fluxo de caixa e liquidez da Companhia; controles corporativos com vistas a garantir a performance planejada entre outros mecanismos com objetivo de mitigar os riscos que afetam a capacidade de a empresa elaborar, processar e divulgar informações relevantes nas demonstrações financeiras.

**b) As estruturas organizacionais envolvidas**

A Companhia dispõe de uma estrutura organizacional própria de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos. O Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos, implantação e/ou melhoria de controles que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da VLI S/A. A área de Riscos e Controles Internos realiza a avaliação dos processos, identificando os controles existentes. Estes controles são avaliados quanto a sua eficácia e aderência e, quando necessário, são recomendadas ações, estratégias, para melhoria de processos, que são executadas pelas áreas e acompanhadas pelo Controle Interno. Além disto, a VLI S/A possui em sua estrutura uma área de controladoria atuante nos controles voltados para as demonstrações financeiras.

Um canal de Ouvidoria e Compliance, cujo principal objetivo é apurar as denúncias e manter a consonância das atividades da empresa com a legislação vigente, complementam essa estrutura.

**c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A área de Riscos e Controles Internos realiza a avaliação dos controles. Estas avaliações são refletidas em relatórios apontando a eficácia e aderência dos controles e sempre que cabível, são recomendadas ações de melhoria. Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos (recomendações), implantação e/ou melhoria de controles que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da VLI S/A.

O acompanhamento e diligenciamento das ações relacionadas aos trabalhos de Riscos e Controles internos é realizado em reuniões mensais da Diretoria Executiva e Conselho Administrativo, conforme agenda.

**d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:**

**RECONHECIMENTO DE RECEITA:**

Apesar de possuir rotinas e procedimentos de conferência para assegurar maior controle no processo, a Companhia não possui formalizado os passos específicos, a serem seguidos pelo "control owner" para revisar as análises elaboradas pelo "preparer", de revisão do controle interno e critérios de investigação precisos (parâmetro financeiro à partir do qual toda a variação deve ser investigada) relacionados ao reconhecimento de receita no que tange a determinação do preço reajustado contratualmente antes que o mesmo seja inserido nos sistemas de faturamento (SAP e UNICOM), evitando assim faturamentos incorretos. Adicionalmente, a Companhia não possui formalizado os passos específicos, a serem seguidos pelo "control owner" para revisar as análises elaboradas pelo "preparer" sobre o controle de "cut-off" da receita. É importante destacar que o "control owner" deve ser uma pessoa distinta do "preparer", com autoridade e competência necessária para realizar os desafios sobre o reconhecimento de receita. O "control owner" deve documentar, na forma de memorando, as perguntas e desafios realizados ao "preparer", assim como, as evidências fornecidas pelo "preparer" para suportar os entendimentos. Toda a documentação deve ser mantida na forma de um "book" / "binder" que sirva de suporte para análises e aprovações seguintes. Esta documentação deve ser mantida junto com os registros contábeis da Companhia. Para fins de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração concluiu pela adequação dos saldos registrados e divulgados.

**Comentários da Administração :**

A companhia desenvolveu a melhoria na atividade de reajuste de forma automática, mas ainda em fase de implantação com previsão de conclusão em 2022, objetivando a eliminação de reajustes retroativos por anomalia de processo. Junto com a implantação da funcionalidade de reajuste automático, será implantado um controle para validação por amostragem dos reajustes aplicados. As métricas para seleção da amostragem serão definidas pelo time de faturamento. Para o processo de "cut-off", que já é bem definido pela companhia, implementaremos o processo de revisão buscando a mitigação de erros.



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

**e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Vide respostas inseridas na seção anterior.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

#### a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A reputação e imagem positivas da FCA são um patrimônio de seus acionistas, administradores e empregados. Mais do que isso, são um resultado direto do comportamento e do compromisso da equipe. Todos devem estar comprometidos com a honestidade, confiança e respeito pelos outros, sendo responsáveis pela disseminação e prática desses princípios.

Neste sentido, (i) atitude certa para resolver, (ii) respeito às pessoas sempre e (iii) tolerância zero contra a corrupção representam os pilares da cultura ética da companhia.

O Código de Conduta Ética reflete um conjunto de valores que buscam assegurar credibilidade e preservar a imagem da empresa, no curto e longo prazo, junto aos mercados em que atua regularmente e se aplica a toda FCA: diretores, empregados e administradores, que incluem os membros do Conselho de Administração e comitês de assessoramento, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como fornecedores e prestadores de serviços. Anualmente os empregados passam por uma reciclagem no Código de Conduta Ética, renovando seu compromisso com o mesmo.

Em caso de descumprimento, os Colaboradores estarão sujeitos à ações disciplinares, tais como advertência (verbal ou formal), suspensão, demissão ou destituição. Seguindo as normas da Gerência Geral de Gente da Companhia e as legislações específicas aplicáveis.

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Controladora da FCA, VLI, em agosto de 2014 e passou por quatro revisões até 2021. Ele fica disponível no sistema de documentos normativos da Companhia. Visando garantir o cumprimento das cláusulas do Código de Conduta, foi desenvolvido o Código de Conduta do Parceiro que é distribuído para todos os fornecedores, clientes e demais stakeholders e está disponível na página web institucional com penalidades previstas em caso de descumprimento. Ao firmar um contrato com o fornecedor a área de suprimentos analisa o cumprimento de condutas necessárias para prestação de serviços na FCA. Além disso, o fornecedor deve se comprometer com Ética e Conformidade através da cláusula anticorrupção incluída em seu contrato de prestação de serviço.

Além do Código de Conduta Ética, a empresa possui mais dois documentos que normatizam as regras de Ética e Conformidade: o documento Diretrizes de Ética e Conformidade e o documento Diretrizes de Patrocínios e Doações. Todos passam por revisões bianuais. O primeiro discorre sobre os tópicos: corrupção e suborno; pagamentos facilitadores; relacionamento com fornecedores, representantes e demais terceiros; conflitos de interesses; cláusula anticorrupção; contribuições e campanhas políticas; lavagem de dinheiro; fusões e aquisições; relacionamento com o setor público, e; recebimento e oferecimento de refeição, viagem, hospedagem, entretenimento, evento, presentes e brindes. Já o segundo, detalha o procedimento para a realização dos patrocínios e doações pela Companhia.

A área de Ética e Conformidade foi criada em 2014 e atualmente está ligada à Diretoria Jurídica e de GRC (Governança, Gestão de Riscos e Compliance). Os pilares que regem o programa de Ética e Conformidade são baseados na metodologia ABC (Anti-Bribery & Corruption):

1. Tone from the top (liderança pelo exemplo);
2. Assessment de riscos;
3. Supervisão e Recurso para o Compliance
4. Código de Conduta Ética, Políticas e Normas;
5. Comunicação e treinamentos contínuos;
6. Monitoramentos e Controles Internos;
7. Due Diligence ;
8. Canal de denúncia, mecanismos de investigação e disciplinares;
9. Reporting (resultados documentados e divulgados).

A Área de Ética e Conformidade deve atuar como instância consultiva nas questões relacionadas ao Código de Conduta Ética e responde diretamente à Diretoria Jurídica e GRC e atua com autonomia e dotação orçamentária própria.

#### b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Baseado nos valores da Companhia, o Canal de Ética tem como objetivo ser meio para comunicação segura e, se desejada, anônima, entre colaboradores, terceiros e a Companhia, no qual é possível reportar atos em desacordo com as políticas internas e legislações aplicáveis ou suspeitas nesse sentido. Trata-se de Canal aberto, ou seja, qualquer pessoa, ainda que não tenha vínculo com a Companhia, pode entrar em contato para reportar uma (suspeita de) irregularidade, incluindo, clientes, fornecedores, terceiros e a comunidade em geral.

O acesso ao canal ocorre das seguintes maneiras: 1) via site ou telefone, inclusive secretária eletrônica (divulgados amplamente nos meios de comunicação: site institucional da Companhia, intranet, assinaturas de e-mail, PGS de Ética e divulgado nos treinamentos) 2) e-mail, 3) diretamente com a área de Ética e Conformidade. Ainda, uma denúncia pode ser realizada junto a qualquer gestor da Companhia, que deverá informar a área de Ética sobre a situação.

A partir de 08 de março de 2022 o Canal de Ética conta com uma nova funcionalidade especialmente para as mulheres. As denunciante poderão optar por abrir o seu relato por telefone e serem escutadas exclusivamente por uma atendente do sexo feminino, especializada no recebimento de denúncias, dentre elas psicólogas

Número do Canal de Ética: 0800.721.0782 (opção 3, exclusivo para mulheres)

Site: [www.canaldeetica.com.br/vli](http://www.canaldeetica.com.br/vli)

Ao entrar em contato por telefone, de segunda-feira a sexta-feira, no período de 10h às 18h, o relator tem acesso a um analista isento da empresa terceira, que coleta os dados da denúncia e faz questionamentos pertinentes para elevar a qualidade do relato e permitir melhor

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

apuração. Em contato fora deste período, o relator deixa sua mensagem gravada por meio da secretária eletrônica e os analistas da empresa a transcrevem e analisam a denúncia posteriormente.

As denúncias são registradas, verificadas e investigadas, pela Gerência de Ética e Conformidade, área responsável pelo recebimento das denúncias. No entanto, as denúncias referentes aos Diretores da Companhia são recebidas pela área de Auditoria Interna e discutidas com Comitê de Pessoas, Governança e Estratégia e Conselho de Administração da Companhia

Com o objetivo de evitar a retaliação aos denunciante e pessoas que colaboram com a apuração de relatos, a Companhia conta com proibição expressa nesse sentido em seu Código de Conduta Ética. Se identificada essa prática o infrator está sujeito a medidas disciplinares, incluindo o seu desligamento.

### **c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

De acordo com a diretriz de Ética e Conformidade, sempre que o "Sistema VLI" tiver a intenção de iniciar algum processo de reestruturação societária (fusões ou aquisições) ou joint venture ou participação em consórcios, deverá ser realizada a Due Diligence prévia para verificar se a empresa alvo da incorporação cometeu algum desvio pertinente à legislação anticorrupção nacional e estrangeira (quando a empresa for multinacional).

Caso seja identificado qualquer envolvimento da empresa alvo em desvios éticos, fraudes e/ou corrupção, o Comitê de Auditoria deverá deliberar sobre a continuidade ou não do processo de fusão ou aquisição e estabelecer mitigadores, se aplicável

### **d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Item não aplicável à FCA uma vez que a Companhia possui controles, procedimentos e políticas conforme respostas anteriores.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

### 5.5 - Alterações significativas

**5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.**

A Companhia, no exercício de 2020, revisou sua Política de Riscos, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho Administrativo. Esta ocorreu visando melhorar práticas e diretrizes, de forma a contribuir para o gerenciamento dos riscos e controles em maiores níveis de maturidade.

A revisão da Política de Riscos apresentou como alterações significativas a melhor definição de papéis e responsabilidades dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, atribuiu de forma mais clara poderes para os proprietários de riscos, e tornou a tolerância a riscos corporativos mais restritiva.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

#### **5.6. Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes estão nos itens anteriores.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10. Comentários dos Diretores

#### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

##### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta os principais indicadores econômicos e operacionais dos seus últimos 03 últimos exercícios sociais:

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais			
(em milhões de R\$)	2019	2020	2021
Receita bruta	2.686	2.989	3.250
Receita líquida	2.417	2.689	2.887
EBITDA	849	943	821
Resultado do exercício	(114)	(205)	(416)
Volume ferrovia (milhões de TKU)	23.252	24.879	23.963
Caixa e aplicações financeiras	112	361	194
Margem EBITDA	35,1%	35,1%	28,5%

\*Para fins de cálculo de alavancagem, deve-se utilizar o indicador Div. Líq./EBITDA consolidado do grupo.

A Receita Líquida da FCA cresceu em 7,3% vs 2020, impulsionada por melhores tarifas decorrentes de mix de fluxos transportados na ferrovia.

Diante do cenário inflacionário observado em 2021, a FCA teve uma piora da sua margem bruta em 6,1 bps em relação à 2020, encerrando em 5,1%, e teve uma redução de 12,9% no seu EBITDA, total de R\$ 821,3 milhões, ou seja, uma retração de R\$ 121,4 milhões.

Cabe ressaltar que o EBITDA mencionado acima foi negativamente afetado em R\$ 171 milhões pela necessidade de uma provisão para ajuste do valor dos ativos, pois seu teste de impairment detectou que o valor em uso de determinados ativos era inferior ao valor contábil.

Em termos de administração do caixa, a geração operacional foi de R\$ 1,1 bilhões, R\$ 62,2 milhões abaixo de 2020. E encerramos o ano com uma posição de caixa de R\$ 193,8 milhões e sem dívida contratada com terceiros.

Em 2021, a FCA investiu o valor total de R\$ 448,8 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais, além de projetos para aumento de capacidade e de meio ambiente, saúde e segurança.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***b. Estrutura de capital***

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 4,524 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 193,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,680 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 360,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,466 bilhões enquanto a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 111,9 milhões.

### ***c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos***

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a administração da companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

### ***d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas***

A Companhia utilizou, nos três últimos exercícios sociais, recursos próprios gerados de suas atividades e também recursos de terceiros para executar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. A tabela abaixo apresenta as informações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Em milhares de Reais	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Recebimento pela venda de imobilizado	2.712	5.437	5.066
Compra de ativo imobilizado e intangível	(448.777)	(516.090)	(547.463)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(446.065)</b>	<b>(542.397)</b>	<b>(510.653)</b>

### ***e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez***

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos adicionais no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia receberá aportes de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

Ademais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contraiu mútuos com sua Controladora (VLI Multimodal S.A.) no montante de R\$ 100.000, com vencimento em 10 de dezembro de 2023, com pagamentos de juros anuais e com a taxa de CDI + 1,5%, limitada a 12% a.a..

***f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação***

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

***a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições***

Ademais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contraiu mútuos com sua Controladora (VLI Multimodal S.A.) no montante de R\$ 100.000, com vencimento em 10 de dezembro de 2023, com pagamentos de juros anuais e com a taxa de CDI + 1,5%, limitada a 12% a.a..

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

***g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados***

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras e tampouco possuía tem linhas de crédito disponíveis para captação.

***h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras***

**ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS**



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Em milhares de Reais**

	31/12/2021	AV%	31/12/2020	AV%	AH%
<b>Ativo</b>					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	193.828	2,28	360.825	3,97	(46,28)
Contas a receber	101.256	1,19	135.403	1,49	(25,22)
Estoques	194.350	2,28	201.417	2,21	(3,51)
Tributos a recuperar	76.009	0,89	76.780	0,84	(1,00)
Demais ativos	24.218	0,28	31.615	0,35	(23,40)
<b>Total do circulante</b>	<b>589.661</b>	<b>6,92</b>	<b>806.040</b>	<b>8,86</b>	<b>(26,84)</b>
Não circulante					
Contas a receber	282.346	3,32	274.208	3,01	2,97
Tributos a recuperar	306.248	3,60	250.182	2,75	22,41
Contas a receber da RFFSA (União)	120.394	1,41	106.843	1,17	12,68
Demais ativos	4.493	0,05	2.702	0,03	66,28
Depósitos judiciais	102.670	1,21	82.899	0,91	23,85
Tributos diferidos sobre o lucro	489.478	5,75	536.811	5,90	(8,82)
Imobilizado	1.703.928	20,01	1.525.164	16,76	11,72
Intangível	4.916.393	57,73	5.514.957	60,61	(10,85)
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>7.925.950</b>	<b>93,08</b>	<b>8.293.766</b>	<b>91,14</b>	<b>(4,43)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>8.515.611</b>	<b>100,00</b>	<b>9.099.806</b>	<b>100,00</b>	<b>(6,42)</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Circulante					
Fornecedores	365.663	4,29	328.021	3,60	11,48
Contas a pagar	10.140	0,12	17.382	0,19	(41,66)
Mútuo	612	0,01	-	0,00	0,00
Derivativos	-	0,00	191	0,00	0,00
Tributos a recolher	12.951	0,15	12.435	0,14	4,15
Obrigações sociais e trabalhistas	115.362	1,35	89.169	0,98	29,37
Arrendamentos e concessão	667.074	7,83	685.843	7,54	(2,74)
Antecipações de clientes	29.675	0,35	34.380	0,38	(13,69)
Demais passivos	8.744	0,10	3.950	0,04	121,37
Receitas diferidas	2.050	0,02	2.048	0,02	0,10
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.212.271</b>	<b>14,24</b>	<b>1.173.419</b>	<b>12,89</b>	<b>3,31</b>
Não circulante					
Mútuo	100.000	1,17	-	0,00	0,00

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Provisão para processos judiciais	841.453	9,88	859.284	9,44	(2,08)
Benefícios a empregados	584	0,01	1.788	0,02	(67,34)
Receitas diferidas	17.680	0,21	19.728	0,22	(10,38)
Arrendamentos e concessão	1.819.199	21,36	2.104.685	23,13	(13,56)
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	-	0,00	260.000	2,86	0,00
Total do passivo não circulante	<b>2.778.916</b>	<b>32,63</b>	<b>3.245.485</b>	<b>35,67</b>	<b>(14,38)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	4.663.323	54,76	4.663.258	51,25	0,00
Reservas de capital	-	0,00	17.644	0,19	0,00
Prejuízos acumulados	(138.899)	(1,63)	-	0,00	0,00
Total do patrimônio líquido	<b>4.524.424</b>	<b>53,13</b>	<b>4.680.902</b>	<b>51,44</b>	<b>(3,34)</b>
Total do passivo e patrimônio líquido	<b>8.515.611</b>	<b>100,00</b>	<b>9.099.806</b>	<b>100,00</b>	<b>(6,42)</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Considerações sobre as principais contas do Ativo

#### **Ativo Circulante**

O valor do ativo circulante da Companhia passou de R\$ 806 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 590 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de aproximadamente 26,8%. Tal variação é justificada principalmente pela redução de caixa e equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 102,53% em 31 de dezembro de 2021 e 102,31% em 31 de dezembro de 2020, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	1.207	3.228
Aplicações financeiras (a)	<u>192.621</u>	<u>357.597</u>
	<u><b>193.828</b></u>	<u><b>360.825</b></u>

#### **Ativo Não Circulante**

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 8,294 bilhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 7,926 bilhões em 31 de dezembro de 2021, representando um decréscimo de 4,4% do total do ativo não circulante, representado substancialmente pela redução dos tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas e intangível.

#### **Intangível**

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ \$ 5,515 bilhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4,916 bilhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 10,9% do total do intangível. Destaca-se o registro de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) no montante de R\$ 170,9 milhões; aquisição de equipamentos e reformas de oficinas no montante de R\$ 56,1 milhões; as amortizações totais de R\$ 454,9 milhões, bem como as movimentações oriundas do IFRS 16, descatando-se correções monetárias de R\$ 407,8 milhões e suas respectivas amortizações de R\$ 412,9 milhões que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para uma redução líquida de R\$ 598,6 milhões nos saldos.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	Direitos de concessão	Direitos de uso	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível em andamento	Total
<b>Valor de custo</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.168	2.708.012	21.886	5.280.152	440.902	8.494.120
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	222.069	-	-	-	222.069
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(67)	-	-	-	(67)
Adições	-	-	-	-	43.347	43.347
Baixas	-	-	(18)	(5.214)	-	(5.232)
Transferências	-	-	3	232.384	27.338	259.725
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>43.168</b>	<b>2.930.014</b>	<b>21.871</b>	<b>5.507.322</b>	<b>511.587</b>	<b>9.013.962</b>
<b>Valor de amortização</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(29.396)	(340.842)	(17.664)	(2.336.603)	-	(2.724.505)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(361.090)	-	-	-	(361.090)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	6.116	-	-	-	6.116
Adições	(2.066)	-	(2.098)	(419.108)	-	(423.272)
Baixas	-	-	18	2.793	-	2.811
Transferências	-	-	-	935	-	935
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(31.462)</b>	<b>(695.816)</b>	<b>(19.744)</b>	<b>(2.751.983)</b>	<b>-</b>	<b>(3.499.005)</b>
<b>Valor de custo</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.168	2.930.014	21.871	5.507.322	511.587	9.013.962
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	407.765	-	-	-	407.765
Adições	-	-	-	7	56.057	56.064
Baixas	-	-	-	(29.277)	-	(29.277)
Provisão para baixa de estoques	-	-	-	-	(717)	(717)
Transferências	-	-	503	380.968	(402.361)	(20.890)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>43.168</b>	<b>3.337.779</b>	<b>22.374</b>	<b>5.859.020</b>	<b>164.566</b>	<b>9.426.907</b>
<b>Valor de amortização</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(31.462)	(695.816)	(19.744)	(2.751.983)	-	(3.499.005)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(412.829)	-	-	-	(412.829)
Adições	(2.066)	-	(1.253)	(442.617)	-	(445.936)
Baixas	-	-	-	18.189	-	18.189
Impairment	-	-	-	(170.935)	-	(170.935)

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b><u>(33.528)</u></b>	<b><u>(1.108.645)</u></b>	<b><u>(20.997)</u></b>	<b><u>(3.347.346)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(4.510.516)</u></b>
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	11.706	2.234.198	2.127	2.755.339	511.587	5.514.957
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	9.640	2.229.134	1.377	2.511.674	164.566	4.916.391

***Passivo Circulante***

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.173,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.212,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um incremento de 3,2% do total do passivo circulante, não havendo individualmente valores relevantes a serem destacados para a variação.

***Passivo Não Circulante***

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.245,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2.778,9 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 14,4% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pela redução da exposição na linha de arrendamentos e concessão, cuja variação em 2021 foi de R\$ 285,5 milhões, houve também a redução de R\$ 260 milhões em AFAC com o objetivo de aumento de capital.

***Patrimônio Líquido***

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,681 bilhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4,524 bilhões em 31 de dezembro de 2021, representando redução de aproximadamente 3,3% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelos prejuízos apurados no exercício e o consumo das reservas de capital existentes, culminando em um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 138,9 milhões.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	AV%	31/12/2020	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.886.693	100,00	2.689.383	100,00	7,34
Custo dos serviços prestados	(2.739.535)	(94,90)	(2.388.393)	(88,81)	14,70
<b>Lucro bruto</b>	<b>147.158</b>	<b>5,10</b>	<b>300.990</b>	<b>11,19</b>	<b>(51,11)</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(380.711)</b>	<b>(13,19)</b>	<b>(301.602)</b>	<b>(11,21)</b>	<b>26,23</b>
Gerais e administrativas	(116.571)	(4,04)	(95.465)	(3,55)	22,11
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(110.437)	(3,83)	(189.391)	(7,04)	(41,69)
Redução do valor recuperável de ativos (impairment)	(170.935)	(5,92)	-	0,00	0,00
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	17.232	0,60	(16.746)	(0,62)	(202,90)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(233.553)</b>	<b>(8,09)</b>	<b>(612)</b>	<b>0,02</b>	<b>38.062,25</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(137.903)</b>	<b>(4,78)</b>	<b>(297.374)</b>	<b>(11,06)</b>	<b>(53,63)</b>
Receitas financeiras	24.742	0,86	10.648	0,40	132,36
Despesas financeiras	(186.791)	(6,47)	(321.355)	(11,95)	(41,87)
Ganhos com variação monetária e cambial	24.146	0,84	13.333	0,50	81,10
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(371.456)</b>	<b>(12,87)</b>	<b>(297.986)</b>	<b>(11,08)</b>	<b>24,66</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(45.022)</b>	<b>(1,56)</b>	<b>93.323</b>	<b>3,47</b>	<b>(148,24)</b>
Tributos correntes	2.311	0,08	-	0,00	n/a
Tributos diferidos	(47.333)	(1,64)	93.323	3,47	(150,72)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(416.478)</b>	<b>(14,43)</b>	<b>(204.663)</b>	<b>(7,61)</b>	<b>103,49</b>
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação - R\$	(3,00)		(1,62)		

**Receitas**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social findo 31 de dezembro de 2021, a receita líquida somou R\$ 2,887 bilhões, representando um aumento de 7,36% sobre o mesmo período de 2020, no valor de R\$ 2,689 bilhão.

### ***Custos e Despesas***

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 2,740 bilhões, o que representou um aumento de 14,7% em relação ao mesmo período de 2020, no valor de R\$ 2,388 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2021 foram a elevação dos combustíveis, da depreciação e amortização, totalizando R\$ 277,1 milhões.

### ***Outras receitas (despesas) operacionais líquidas***

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 110 milhões negativos em 31 de dezembro de 2021 o que representou uma redução de, aproximadamente, 41,9% em relação ao mesmo período de 2020, quando totalizou R\$ 189,4 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 79,4 milhões tem como principal impacto um incremento nas receitas de vendas de materiais na ordem de R\$ 31,5 milhões e recuperação de despesas em R\$ 22,5 milhões.

### ***Resultado operacional***

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 612 mil positivo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 234 milhões negativos em 31 de dezembro de 2021, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis de ativos (*impairment*) reconhecidas no exercício no montante de R\$ 170,9 milhões.

### ***Resultado financeiro***

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 138 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 297 milhões, representando redução de 53,5%. Tal variação se deu principalmente pela redução nos juros sobre provisão de risco e contingências judiciais em R\$ 121,0 milhões.

### ***Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social***

O valor do prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 298 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 371 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando aumento de aproximadamente 24,5%, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis reconhecidas no exercício no montante de R\$ 170,9 milhões, além dos itens supracitados.

### ***Prejuízo do exercício***

Em 2021 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 416 milhões frente aos prejuízos de R\$ 205 milhões apurados em 2020.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do exercício	(416.478)	(204.663)
<b>Ajustes de:</b>		
Depreciação e amortização	1.054.897	943.370
Provisão para perdas de estoques	9.725	4.634
Perda de recebíveis	30.061	2.045
Provisões (reversões) para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	(17.232)	16.454
Provisões para processos judiciais, líquidas	90.469	281.516
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	191
Ganhos com variação monetária e cambial, líquidas	(24.146)	(13.333)
Perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	9.079	11.004
Receitas diferidas	(2.048)	(2.048)
Encargos de fianças bancárias	(1)	174
Juros sobre mútuo	612	-
Ajuste a valor presente	(12.456)	(4.982)
Despesas com benefícios a empregados	(850)	406
Tributos diferidos sobre o lucro	47.333	(93.323)
Despesas financeiras – arrendamentos	172.667	183.815
Reconhecimento de créditos tributários	(18.493)	-
Redução do valor recuperável de ativos ( <i>impairment</i> )	170.935	-
	<u>1.094.074</u>	<u>1.125.260</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	25.636	26.805
Instrumentos financeiros derivativos	(191)	69
Estoques	(1.941)	9.495
Tributos a recuperar	57.222	61.362
Depósitos judiciais	(17.778)	13.783
Contas a receber da RFFSA (União)	(2.742)	(468)
Demais ativos	5.689	(9.135)
Fornecedores	37.934	6.818
Contas a pagar	(7.242)	4.582
Tributos a recolher	516	1.588
Tributos a recolher sobre o lucro	7.688	-
Obrigações sociais e trabalhistas	26.193	(25.000)
Benefícios a empregados	(354)	(204)
Antecipações de clientes	(4.705)	(4.541)



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Provisão para processos judiciais	(108.300)	(44.978)
Demais passivos	3.207	3.954
<b>Caixa líquido gerado pelas operações</b>	<b>1.114.906</b>	<b>1.169.390</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.688)	(3.027)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>1.107.218</b>	<b>1.166.363</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	2.712	5.437
Aquisição de imobilizado e intangível	(448.777)	(516.090)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(446.065)</b>	<b>(510.653)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aporte de mútuo	100.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	450.000
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(928.150)	(856.790)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(828.150)</b>	<b>(406.790)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(166.997)</b>	<b>248.920</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	360.825	111.905
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	193.828	360.825

Em 2021 a companhia apresentou uma redução de caixa na ordem de R\$ 167 milhões em comparação ao ano anterior.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2020 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS**

Em milhares de Reais

	31/12/2020 (Reapresentado)	AV%	31/12/2019 (Reapresentado)	AV%	AH%
<b>Ativo</b>					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	360.825	3,97	111.905	1,23	222,44
Contas a receber	135.403	1,49	193.546	2,13	(30,04)
Derivativos	-	0,00	69	0,00	n/a
Estoques	201.417	2,21	215.546	2,38	(6,55)
Tributos a recuperar	76.780	0,84	133.836	1,48	(42,63)
Demais ativos	31.615	0,35	22.790	0,25	38,72
<b>Total do circulante</b>	<b>806.040</b>	<b>8,86</b>	<b>677.692</b>	<b>7,47</b>	<b>18,94</b>
Não circulante					
Contas a receber	274.208	3,01	256.387	2,83	6,95
Tributos a recuperar	250.182	2,75	169.705	1,87	47,42
Contas a receber da RFFSA (União)	106.843	1,17	101.089	1,11	5,69
Demais ativos	2.702	0,03	2.258	0,02	19,66
Depósitos judiciais	82.899	0,91	90.273	1,00	(8,17)
Tributos diferidos sobre o lucro	536.811	5,90	443.488	4,89	21,04
Imobilizado	1.525.164	16,76	1.557.051	17,17	(2,05)
Intangível	5.514.957	60,61	5.769.615	63,63	(4,41)
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>8.293.766</b>	<b>91,14</b>	<b>8.389.866</b>	<b>92,53</b>	<b>(1,15)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>9.099.806</b>	<b>100,00</b>	<b>9.067.558</b>	<b>100,00</b>	<b>(0,36)</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Circulante					
Fornecedores	328.021	3,60	320.391	3,53	2,38
Contas a pagar	17.382	0,19	12.800	0,14	35,80
Derivativos	191	0,00	-	0,00	n/a
Tributos a recolher	12.435	0,14	10.847	0,12	14,64
Obrigações sociais e trabalhistas	89.169	0,98	114.169	1,26	(21,90)
Arrendamentos e concessão	685.843	7,54	613.710	6,77	11,75
Antecipações de clientes	34.380	0,38	38.921	0,43	(11,67)
Demais passivos	3.950	0,04	-	0,00	n/a
Receitas diferidas	2.048	0,02	2.048	0,02	0,00

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Total do passivo circulante	<b>1.173.419</b>	<b>12,89</b>	<b>1.112.886</b>	<b>12,27</b>	<b>5,44</b>
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	859.284	9,44	622.746	6,87	37,98
Benefícios a empregados	1.788	0,02	1.586	0,02	12,74
Receitas diferidas	19.728	0,22	21.775	0,24	(9,40)
Arrendamentos e concessão	2.104.685	23,13	2.613.000	28,82	(19,45)
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	260.000	2,86	230.000	2,54	13,04
Total do passivo não circulante	<b>3.245.485</b>	<b>35,67</b>	<b>3.489.107</b>	<b>38,48</b>	<b>(6,98)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	4.663.258	51,25	4.663.150	51,43	0,00
Reservas de capital	17.644	0,19		0,00	n/a
Prejuízos acumulados	-	0,00	(197.585)	(2,18)	n/a
Total do patrimônio líquido	<b>4.680.902</b>	<b>51,44</b>	<b>4.465.565</b>	<b>49,25</b>	<b>4,82</b>
Total do passivo e patrimônio líquido	<b>9.099.806</b>	<b>100,00</b>	<b>9.067.558</b>	<b>100,00</b>	<b>(0,36)</b>

**Considerações sobre as principais contas do Ativo****Ativo Circulante**

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 677,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 806,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de aproximadamente de 18,94%. Tal variação é justificada principalmente pela redução de contas a receber e tributos a recuperar no curto prazo e o incremento de caixa e equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 102,31% em 31 de dezembro de 2020 e 99,01% em 31 de dezembro de 2019, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Caixa e bancos	3.228	1.833
Aplicações financeiras	357.597	110.072
	<b>360.825</b>	<b>111.905</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 8.389 bilhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 8.293 bilhões em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 1,15% do total do ativo não circulante, representado substancialmente pelo incremento de tributos a recuperar no longo prazo e os tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas.

### Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 5,770 bilhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,515 bilhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 4,41% do total do intangível. Destaca-se os investimentos em material rodante, aquisição de equipamentos e reformas de oficinas no montante de R\$ 43,4 milhões, as transferências de imobilizado para intangível no montante de R\$ 259,7 milhões, as amortizações totais de R\$ 423,3 milhões, bem como as movimentações oriundas de IFRS, descartando-se correções monetárias de R\$ 222,1 milhões e suas respectivas amortizações de R\$ 361,1 milhões que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para uma redução líquida de R\$ 254,7 milhões nos saldos.

	Direitos de concessão	Direitos de uso	Softwares	Benfeitorias em bens Arrendados	Intangível em andamento	Total
<b>Valor de custo</b>						
Saldo em 1º de janeiro de 2020	43.168	2.708.012	21.886	5.280.152	440.902	8.494.120
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	222.069	-	-	-	222.069
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(67)	-	-	-	(67)
Adições	-	-	-	-	43.347	43.347
Baixas	-	-	(18)	(5.214)	-	(5.232)
Transferências	-	-	3	232.384	27.338	259.725
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>43.168</b>	<b>2.930.014</b>	<b>21.871</b>	<b>5.507.322</b>	<b>511.587</b>	<b>9.013.962</b>
<b>Valor de amortização</b>						
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(29.396)	(340.842)	(17.664)	(2.336.603)	-	(2.724.505)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(361.090)	-	-	-	(361.090)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	6.116	-	-	-	6.116
Adições	(2.066)	-	(2.098)	(419.108)	-	(423.272)
Baixas	-	-	18	2.793	-	2.811
Transferências	-	-	-	935	-	935
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(31.462)</b>	<b>(695.816)</b>	<b>(19.744)</b>	<b>(2.751.983)</b>	<b>-</b>	<b>(3.499.005)</b>
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2020	13.772	2.367.170	4.222	2.943.549	440.902	5.769.615

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020

11.706	2.234.198	2.127	2.755.339	511.587	5.514.957
--------	-----------	-------	-----------	---------	-----------

***Passivo Circulante***

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.112,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.173,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um incremento de 5,44% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelas correções monetárias oriundas do IFRS 16 na rubrica de arrendamento e concessões, cujo montante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 685,8 milhões, representando um aumento de R\$ 72,1 milhões em 2020.

***Passivo Não Circulante***

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.489.1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 3.245.5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 6,98% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pela redução da exposição na linha de arrendamentos e concessão, cuja variação em 2020 foi de R\$ 508,3 milhões, bem como incremento da posição de provisão para contingências no montante de R\$ 98,6 milhões em 2020.

***Patrimônio Líquido***

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,465 bilhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 4.680 bilhões em 31 de dezembro de 2020, representando aumento de aproximadamente 4,82% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2020, bem como o aumento de capital com constituição e reserva de capital no montante de R\$ 420 milhões que se deu ao longo de 2020.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020 (Reapresentado)	AV%	31/12/2019 (Reapresentado)	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.689.383	100,00	2.417.420	100,00	11,25
Custo dos serviços prestados	(2.388.393)	(88,81)	(2.286.961)	(94,60)	4,44
<b>Lucro bruto</b>	<b>300.990</b>	<b>11,19</b>	<b>130.459</b>	<b>5,40</b>	<b>130,72</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(301.602)</b>	<b>(11,21)</b>	<b>(103.635)</b>	<b>(4,29)</b>	<b>191,02</b>
Gerais e administrativas	(95.465)	(3,55)	(91.846)	(3,80)	3,94
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(189.391)	(7,04)	(11.481)	(0,47)	1.549,60
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	(16.746)	(0,62)	(308)	(0,01)	5.337,01
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(612)</b>	<b>0,02</b>	<b>26.824</b>	<b>1,11</b>	<b>(102,28)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(297.374)</b>	<b>(11,06)</b>	<b>(196.648)</b>	<b>(8,13)</b>	<b>51,22</b>
Receitas financeiras	10.648	0,40	8.951	0,37	18,96
Despesas financeiras	(321.355)	(11,95)	(265.775)	(10,99)	20,91
Ganhos com variação monetária e cambial	13.333	0,50	60.176	2,49	(77,84)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(297.986)</b>	<b>(11,08)</b>	<b>(169.824)</b>	<b>(7,03)</b>	<b>75,47</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>93.323</b>	<b>3,47</b>	<b>56.016</b>	<b>2,32</b>	<b>66,60</b>
Tributos correntes	-	0,00	(10.154)	(0,42)	(100,00)
Tributos diferidos	93.323	3,47	66.170	2,74	(41,04)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(204.663)</b>	<b>(7,61)</b>	<b>(113.808)</b>	<b>(4,71)</b>	<b>79,83</b>
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação - R\$	(1,62)		(0,95)		

**Receitas**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social findo 31 de dezembro de 2020, a receita líquida somou R\$ 2,689 bilhões, representando um aumento de 11,25% sobre o mesmo período de 2019, no valor de R\$ 2,417 bilhão.

### ***Custos e Despesas***

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 2,388 bilhões, o que representou um aumento de 4,4% em relação ao mesmo período de 2019, no valor de R\$ 2,287 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2020 foram o incremento da partilha de frete e da depreciação e amortização em R\$ 153,1 milhões, contrabalanceados pela redução dos serviços contratados e materiais no montante de R\$ 46,1 milhões.

### ***Outras receitas (despesas) operacionais líquidas***

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 189,4 milhões negativos em 31 de dezembro de 2020 o que representou um incremento de, aproximadamente, 1549,6% em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$ 11,5 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 177,9 milhões tem como principal impacto o registro em julho de 2019 de R\$ 177,9 milhões de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017 e reconhecidos em 2019 em função de ter a jurisprudência pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita. Adicionalmente, observou-se em 2020 um incremento nas receitas de vendas de materiais na ordem de R\$ 16,9 milhões. Como contrapartida, destaca-se incremento de despesas referentes ao custo de baixa de ativos em R\$ 10,5 milhões, provisões para contingências cuja variação somou R\$ 16,6 milhões negativos em 2020 e incremento das indenizações por take or pay no montante de R\$ 16,3 milhões.

### ***Resultado operacional***

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 26.8 milhões positivos em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 612 mil negativos em 31 de dezembro de 2020, em decorrência dos fatores citados acima.

### ***Resultado financeiro***

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 297,6 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 196,6 milhões, representando incremento de 51,2%. Tal variação se deu basicamente pelos ganhos de R\$ 60,6 milhões e oriundos do registro de créditos tributários referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, registrados em 2019, conforme mencionado acima, contrabalanceados pelo incremento dos juros aplicáveis sobre as contingências da FCA, cuja variação em 2020 montou em R\$ 44,2 milhões.

### ***Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social***

O valor do lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 169,8 milhões negativo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 297,9 milhões negativos em 31 de dezembro de 2020, representando um incremento de aproximadamente 75,4%. Destaca-se os efeitos extraordinários, reconhecidos em 2019, referentes

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

ao registro de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, bem como incremento de provisões para contingências, em 2020, contrabalanceados pelo incremento do resultado bruto, conforme citado acima.

**Prejuízo do exercício**

Em 2020 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 204,7 milhões frente aos prejuízos de R\$ 113,8 milhões apurados em 2019.

**FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

	<b>31/12/2020</b> <b>(Reapresentado)</b>	<b>31/12/2019</b> <b>(Reapresentado)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do exercício	(204.663)	(113.808)
<b>Ajustes de:</b>		
Depreciação e amortização	943.370	822.132
Provisão para perdas de estoques	4.634	-
Perda de recebíveis	2.045	421
Trânsito em julgado de contingência ativa	-	(59.690)
Provisões (reversões) para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	16.454	(84)
Provisões para processos judiciais, líquidas	281.516	136.501
Derivativos	191	(69)
Ganhos com variação monetária e cambial, líquidas	(13.333)	(60.176)
Perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	11.003	5.425
Receitas diferidas	(2.048)	(2.048)
Encargos de fianças bancárias	174	483
Ajuste a valor presente	(4.982)	(3.152)
Despesas com benefícios a empregados	406	1.004
Tributos diferidos sobre o lucro	(93.323)	(66.170)
Despesas financeiras – arrendamentos	183.815	191.357
	<b>1.125.259</b>	<b>852.126</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	26.805	12.094
Derivativos	69	-
Estoques	9.495	(69.492)
Tributos a recuperar	61.362	49.673
Depósitos judiciais	13.783	10.172
Contas a receber da RFFSA (União)	(468)	(356)
Demais ativos	(9.135)	7.726
Fornecedores	6.818	40.902



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Contas a pagar	4.582	(59.621)
Tributos a recolher	1.588	(1.982)
Obrigações sociais e trabalhistas	(25.000)	24.124
Benefícios a empregados	(204)	(1.719)
Antecipações de clientes	(4.541)	(2.520)
Provisão para processos judiciais	(44.978)	(75.598)
Demais passivos	3.955	(2.257)
<b>Caixa líquido gerado pelas operações</b>	<b>1.169.390</b>	<b>783.272</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.027)	(43.474)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>1.166.363</b>	<b>739.798</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	5.437	5.066
Aquisição de imobilizado e intangível	(516.090)	(547.463)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(510.653)</b>	<b>(542.397)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital	450.000	370.000
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(856.790)	(480.348)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(406.790)</b>	<b>(110.348)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>248.920</b>	<b>87.053</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	111.905	24.852
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	360.825	111.905

Em 2020 a companhia apresentou um incremento de caixa na ordem de R\$ 296,4 milhões em comparação ao ano anterior.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 - Resultado operacional e financeiro

#### a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

##### i) Descrição de quaisquer componentes importantes na receita

O ano de 2021 ainda foi marcado pelos efeitos da pandemia de COVID19 sendo que o início do processo de vacinação ocorreu em Dezembro/2020, trazendo uma expectativa de retomada da atividade econômica mundial. O crescimento da demanda internacional por commodities favoreceu os volumes transportados e elevados pela Ferrovia Centro Atlântica (FCA) mas esse efeito foi parcialmente neutralizado pela quebra da segunda safra do milho.

Em 2021, a FCA alcançou uma receita líquida de R\$ 2.887,7 milhões, com 23.963 milhões de TKU transportados na malha ferroviária. Esse resultado é consequência direta do engajamento de times comerciais, operacionais e administrativos que buscam permanentemente atender aos clientes atuais, prospectar novas oportunidades e ganhar eficiência no uso dos nossos Ativos. As receitas da Companhia advêm principalmente do transporte ferroviário de grãos agrícolas e produtos industrializados. Assim, os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o volume de carga transportada e o preço médio contratado. Além dos grãos agrícolas e produtos industrializados, pela malha da Companhia, são também movimentadas mercadorias diversas, tais como: produtos siderúrgicos, calcário e insumos da indústria siderúrgica, a maioria em regime de direito de passagem e tráfego mútuo.

##### **Desempenho Operacional**

Em 2021, o volume transportado foi de 24 bilhões de TKU, 3,7% menor que o realizado em 2020. Os produtos transportados pela FCA são agrupados em quatro segmentos chaves: Grãos e Açúcar, Industrializados, Siderurgia e Construção e Fertilizantes.

##### **Grãos e Açúcar**

O segmento de Grãos e Açúcar tem como principais produtos transportados soja, milho e açúcar. O segmento finalizou o ano de 2021 com 13,4 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2021 de R\$ 1,4 bilhões.

##### **Industrializados**

O segmento de Industrializados tem como principais produtos transportados derivados do petróleo (diesel e gasolina), biocombustíveis e indústria sucroalcooleira, produtos florestais (celulose e madeira) e mineração. O segmento finalizou o ano de 2021 com 4,4 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2021 de R\$ 583 milhões.

##### **Siderurgia e Construção**

O segmento de Siderurgia e Construção tem como principais produtos transportados carvão mineral, calcário, gusa e minério de ferro e aços planos e longos. O segmento finalizou o ano de 2021 com 2,8 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2021 de R\$ 346 milhões.

##### **Fertilizantes**

O segmento de Fertilizantes tem como principais produtos transportados enxofre, fosfato, fertilizantes e cloreto de potássio. O segmento finalizou o ano de 2021 com 3,2 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2021 de R\$ 375 milhões.

##### **Investimentos**

Em 2021, a FCA investiu o valor total de R\$ 448,8 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais, além de projetos para aumento de capacidade e de meio ambiente, saúde e segurança.

No mais, no ano de 2019 a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) realizou, junto ao Ministério Público, União, ANTT e DNIT, o acordo de processos judiciais, encerrando todas e quaisquer discussões existentes entre as partes referente às obrigações previstas na resolução ANTT 4131/2013. A FCA substituiu a obrigação de realizar obras pelo compromisso de pagar em 60 parcelas, a partir de 31 janeiro de 2020, o valor de cerca de R\$ 1,2 bilhão. O acordo é positivo para a companhia, já que a obrigação anterior de investir em obras ocasionava glosas pelo poder público sobre parte dos valores, o que impedia o abatimento total dos custos incorridos. Assim, foram encerrados os processos judiciais e administrativos sobre o assunto, e a FCA segue preservada de possíveis penalidades ou indenizações provenientes das obrigações de execução das obras.

##### ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os resultados operacionais da Companhia foram afetados positivamente pelo crescimento da receita líquida (aumento de R\$ 197,3 milhões na comparação com 2020), impulsionada por melhores tarifas decorrentes de mix dos fluxos transportados na ferrovia.

Por sua vez, os custos dos serviços prestados tiveram um aumento de 14,7% entre 2021 e 2020, alavancados, principalmente, pelo incremento das despesas com depreciação e amortização, combustíveis, pessoal, partilhas de frete e serviços contratados, que conjuntamente, somaram R\$ 384,9 milhões a mais que em 2020.

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 380,7 milhões negativos em 31 de dezembro de 2021. A variação negativa de R\$ 79,1 milhões tem como principal impacto o registro em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 170,9 milhões de redução do valor recuperável de ativos (*impairment*). Esta perda originou-se da atualização e aprovação em dezembro de 2021 pelo Conselho de Administração do business plan da Companhia, tendo sido todas as premissas contratuais atualizadas, bem como os impactos dos custos de manutenção dos ativos atrelados à Companhia, sendo ambas as variáveis limitadas a agosto de 2026, data de vencimento do contrato de concessão. As perdas foram alocadas integralmente aos ativos de via permanente, que fazem parte da única unidade geradora de caixa da Companhia.

Adicionalmente, em 2021, a administração da Companhia identificou a existência de indicativos de não recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis, considerando principalmente os prejuízos dos últimos exercícios e o prazo de vencimento do contrato de concessão em agosto de 2026. Em 31 de dezembro de 2021, o valor em uso da unidade geradora de caixa é inferior ao valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis em R\$ 170,9 milhões, saldo este equivalente a (3,5%) do valor de uso dos ativos (2020 – 6,4%), tendo a FCA provisionado os valores para perda de valor recuperável.

Diante destes fatores, o resultado operacional na companhia se encerrou negativo em R\$ 233,6 milhões frente os R\$ 0,6 milhões do exercício de 2020.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

#### **a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

#### **b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

#### **c. Eventos ou operações não usuais**

##### **(i) REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais**

Com o advento da Lei 12.865/13 de 9 de outubro de 2013 § 7º, os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, a FCA possuía registrado R\$ 484 milhões a título de créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais de imposto de renda e de base negativa da contribuição social. A Vale S.A. ("Vale"), a época detentora indireta do controle via participação em ações emitidas pela FCA, decidiu, se beneficiar do benefício supracitado e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013, a Vale e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais com validade de 25 anos, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto total de 7,8%. A Vale pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante - cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faça jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos. Ao final dos 25 anos, quaisquer saldos remanescentes serão pagos integralmente à FCA pela Vale.

Em função da apuração de lucros tributários nos exercícios de 2015, 2017, 2018 e 2019, e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou respectivamente em abril de 2016, dezembro de 2017, dezembro de 2018 e dezembro de 2019, os montantes de R\$ 3 milhões, R\$ 17 milhões, R\$ 6,2 milhões e R\$ 11 milhões. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve recebimentos, dado a FCA não ter apurado lucro tributável, restando montante a receber de R\$ 261.615 (2020 - R\$ 242.545).

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

#### *a. Mudanças significativas nas práticas contábeis*

##### **Alterações adotadas pela Companhia**

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de juros de referência, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado financeiro, foi colocado em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de estratégias de hedge accounting para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. Comunicado de novembro/2020 da ICE (Intercontinental Exchange) responsável pela metodologia e divulgação da LIBOR informa quanto à intenção de se encerrar a publicação deste benchmark em 30 de junho de 2023.

A adoção da norma não trouxe impactos à Companhia.

Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021

No exercício anterior, a Companhia adotou a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16.

Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021.

Em março de 2021, o Board emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (Alterações à IFRS 16) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

No exercício social corrente, a Companhia não usufruiu da extensão concedida pela norma.

#### *b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis*

Não aplicável.

#### *c. Ênfases presentes no parecer do auditor*

Saldos e transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial da receita bruta de serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2021 da Companhia advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### *d. Ressalvas no parecer do auditor*

## **10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Não aplicável.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

#### (a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

#### (i) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos não financeiros para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".

#### (ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

#### (iii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

#### (iv) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### (v) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

### (b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

#### Concessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16/CPC 27 - "Ativo Imobilizado", CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 - "Contratos de Concessão".

Os contratos de concessão podem ser extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

(i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

(ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

(i) Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.

(ii) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.

(iii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.



**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras*****a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)***

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

***b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras***

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, não havia itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

## **10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

### **10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Vide item 10.6, acima.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8 - Plano de negócios

#### a. Investimentos

i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2021, a FCA investiu o valor total de R\$ 448,8 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais, além de projetos para aumento de capacidade e de meio ambiente, saúde e segurança.

ii.) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da FCA e de aportes da controladora.

iii.) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2021, não ocorreu desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços

i.) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Projetos de ferrovia, desenvolvimento de novos produtos e engenharia de planejamento.

ii.) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2021, o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 3,8 milhões, frente aos R\$ 5,0 milhões investidos em 2020.

iii.) projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2021, foram investidos R\$ 3,8 milhões.

iv.) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2021, o total gasto foi de R\$ 3,8 milhões.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****10.9 - Outros fatores com influência relevante**

No último exercício social, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.